



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

---

## ATA NÚMERO 168/XIII (4.ª)

A 2 de abril de 2019, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### Parte I

Audição do Conselho de Redação da Radiodifusão Portuguesa (RDP), a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, sobre a escassez de recursos na estação pública de rádio

### Parte II

#### 1. Informações

#### 2. Apreciação e votação das atas das reuniões de 12, 20, 26 e 27 de março de 2019

3. Fixação da redação final do [Projeto de Lei n.º 865/XIII/3.ª\(PS\)](#) - Regula a utilização de dispositivos digitais de uso pessoal e permite a fotografia digital nas bibliotecas e arquivos públicos

#### 4. Outros assuntos

---

### Parte I

Audição do Conselho de Redação da Radiodifusão Portuguesa (RDP), a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, sobre a escassez de recursos na estação pública de rádio

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas-vindas aos representantes do Conselho de Redação da Radiodifusão Portuguesa (RDP) Nuno Moura Brás e Luís Peixoto, explicou a metodologia dos trabalhos e a

grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Grupo Parlamentar proponente do requerimento para fazer uma intervenção inicial.

O Senhor Deputado José Magalhães (PS) iniciou a sua intervenção referindo que o Grupo Parlamentar do PS tomou a iniciativa de requerer a realização daquela audição devido, designadamente à necessidade de coligir opiniões sobre o estado atual do serviço público de rádio.

Salientou que factos ulteriores vieram dar ainda mais razão ao conjunto de razões que tinham apresentado, por exemplo, o facto do acordo celebrado entre o Conselho de Administração da RTP e a Federação Portuguesa de Futebol ter sido dado sem efeito.

Disse que a informação que lhes transmitiram sobre o estado do Centro de Produção do Norte é a de que há vários estúdios instalados de raiz e com elevada capacidade que não podem ser utilizados por estarem afetos ao tal projeto que agora não é para executar. Portanto, era suposto que essa situação tivesse sido invertida melhorando as condições de trabalho.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) referiu que de acordo com o requerimento do Grupo Parlamentar do PS, as questões em análise são: a escassez de recursos materiais e humanos, a obsolescência do ponto de vista técnico e tecnológico, a inexistência de condições para a prestação do verdadeiro serviço público de rádio.

Mencionou que a situação é grave e não é propriamente novidade, pensa que haverá consenso quanto ao essencial do diagnóstico que ali foi feito, uma situação de antigo e continuado desinvestimento que é uma espécie de subvalorização inaceitável da rádio face à televisão.

Salientou que é importante ouvir o Conselho de Administração da RTP sobre aquela situação prestando esclarecimentos, nomeadamente do ponto de vista estratégico da empresa pública.

Por outro lado, é preciso questionar os aspetos relacionados com a responsabilidade de ordem política. Frisou que há uma questão de responsabilidade política já em final de Legislatura com uma situação de agravamento de condições e que exige a audição da Senhora Ministra da Cultura para discutirem a questão do serviço público de rádio.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) mencionou que a rádio pública tem estado em perda. Transmitiu que vale a pena refletir sobre quais são o tipo de medidas que são necessárias tomar para que aquela situação seja alterada. Disse que a fusão da RDP com a RTP desfavoreceu notoriamente a rádio e não só em termos da própria marca, ou seja, a RDP quase desapareceu na medida em que a nova empresa de fusão da televisão e da rádio adota uma sigla que é praticamente igual à que tinha a televisão, apagou a rádio.

Acresce que, a partir do momento em que desaparece a taxa de radiodifusão que era um sustentáculo financeiro da rádio da RDP, com a fusão, a CAV passou a ser uma fonte de financiamento comum. Pelo que, era justo o receio de que sendo a televisão uma empresa que se debatia com défices financeiros crónicos e com grandes dificuldades financeiras que a CAV seria sugada para a televisão e isso infelizmente é o que tem estado a acontecer e é reconhecido pelo Conselho de Administração.

Disse que a questão que se coloca é o que é que é necessário fazer para resolver aquele problema, ou seja, há que atuar ao nível do contrato de concessão porventura de forma a valorizar mais a posição da rádio, é um problema que se coloque sobretudo ao nível das opções da administração. Por fim, referiu que é adequado que se oiça na 12.ª Comissão a administração e o membro do Governo responsável pela tutela sobre a rádio.

O Senhor Deputado José Magalhães (PS) transmitiu que não devem fazer aquele debate sem dizer quem são os responsáveis no caso concreto, não é possível fazer aquele debate e referir as carências sem falar de críticas à direção, há ali uma crítica explícita à direção na administração de meios e portanto têm que ouvir o ponto de vista da direção.

Os representantes do Conselho de Redação da RDP responderam individualmente a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das respetivas intervenções, tendo mencionado, mormente que têm assistido a um desinvestimento sistemático em tudo o que diz respeito à rádio.

Disseram também que a RTP recebe 160 milhões pela CAV e o próprio Presidente disse ao Provedor que a rádio tem sido desfavorecida e discriminada nas partilhas e que é necessário a discriminação positiva da rádio.

Disseram que a redação nos últimos tempos tem vindo a sofrer uma grande sangria, uma sangria que é agravada pela fusão entre a RTP e a RDP, nomeadamente no que toca aos correspondentes, o que traz várias consequências no terreno e no serviço que é prestado aos ouvintes. Atualmente têm vários correspondentes a trabalharem em simultâneo para a televisão e para a rádio, mas quando acontece alguma coisa o jornalista ou faz um serviço para a televisão ou para a rádio. A experiência tem mostrado que na grande maioria das vezes a televisão é a preferida em detrimento da rádio.

Na segunda ronda usaram da palavra os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Carla Sousa (PS) e António Filipe (PCP), tendo os representantes do Conselho de Redação da RDP respondido no final a todas as questões colocadas pelos Senhores Deputados.

As gravação vídeo encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

## Parte II

### 1. Informações:

1.1. A Senhora Presidente da Comissão informou que a Comissão de Cultura, Comunicação Juventude e Desporto, o Instituto Português do Desporto e Juventude, as Edições Afrontamento, em parceria com a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, a Associação Portuguesa de Direito Desportivo e o Projeto Desporto Sem Bullying, vão proceder ao lançamento do livro “Direitos das Crianças no Desporto”, no próximo dia 2 de abril de 2019, às 18h00, na Biblioteca Passos Manuel, na Assembleia da República.

### 1.2. Conferência Parlamentar Informação e Desinformação na Era Digital

A Senhora Presidente da Comissão informou que o Senhor Presidente da Assembleia da República e a Entidade Reguladora para a Comunicação Social sugerem que o estudo preparado pela ERC seja apresentado de manhã aos Senhores Deputados dos Grupos Parlamentares. Ou seja, o painel com os Senhores Deputados seria antecipado e incluiria a intervenção da ERC. A Comissão decidiu alterar o programa de acordo com o sugerido pelo Senhor Presidente da Assembleia da República e pela ERC.

2. Apreciação e votação das atas das reuniões de 12, 20, 26 e 27 de março de 2019

As atas das reuniões de 12, 20, 26 e 27 de março de 2019 foram aprovadas por unanimidade registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do BE, CDS-PP e PCP.

3. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 865/XIII/3.ª (PS) - Regula a utilização de dispositivos digitais de uso pessoal e permite a fotografia digital nas bibliotecas e arquivos públicos

A redação final do Projeto de Lei n.º 865/XIII/3.ª (PS) - Regula a utilização de dispositivos digitais de uso pessoal e permite a fotografia digital nas bibliotecas e arquivos públicos foi fixada por unanimidade registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do BE, CDS-PP e PCP.

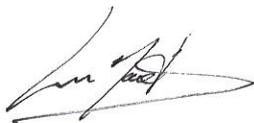
4. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 16:45, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de abril de 2019

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO, em exercício**



**(Luís Monteiro)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo parlamentar do CDS-PP na reunião de 10 de abril de 2019

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria  
Carla Sousa  
Cristina Jesus  
Diogo Leão  
Edite Estrela  
Joel Sá  
José Carlos Barros  
José Magalhães  
Liliana Silva  
Maria Conceição Loureiro  
Pedro do Ó Ramos  
António Filipe

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso  
Hugo Carvalho  
Ivan Gonçalves  
Luís Monteiro  
Sara Madruga da Costa  
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diana Ferreira  
Helga Correia  
João Pinho de Almeida  
Margarida Balseiro Lopes  
Susana Lamas